**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2023**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Data da Licitação** | **Horário de Protocolo** | **Horário de Abertura** |
| **28/03/2023** | **08h45min** | **09h00min** |

A Prefeitura do Município de Rio Bom, a Autarquia Municipal de Saúde e Autarquia Municipal de Educação através do Prefeito Municipal, e dos Presidentes das Autarquias, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, no dia **28 de março de 2023**, às **09h00min**, na sede da Prefeitura, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando o REGISTRO DE PREÇOS do tipo “Menor preço - Por item”, conforme descrito neste Edital. O procedimento licitatório será regido, integralmente, pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações e, subsidiariamente, pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e pelas condições previstas neste Edital.

EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

1. **DO OBJETO**
   1. **O OBJETO DO PRESENTE CERTAME É O** **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS (TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, TRANSPORTE ESCOLAR E VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA), NAS QUANTIDADES, FORMA E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS**
      1. Curso de Formação Socorrista:Pré hospitalar com base na Portaria 2048/04 MS com duração de 300 horas aulas presenciais, distribuidas em teórica e práticas ministrada quinzenalmente.
      2. Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional

Curso de Condutor de Transporte Coletivo de Passageiro, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal.

* + 1. Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional

Curso de Condutor de Veículo de Emergência, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal.

* + 1. Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional

Curso de Condutor de Transporte Escolar, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal.

Curso realizado na modalidade EAD (ensino a distância) através de plataforma de estudo homóloga com base na Resolução CONTRAN nº 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN no 2145, de 23 de outubro de 2020.

A plataforma de ensino a distância deverá ter publicado em Diário oficial da União PORTARIA e No que homologam a autorização pro (DENATRAN). Podendo ser terceirizado a oferta do curso na plataforma, mediante contrato de prestação de serviço como revenda dos cursos.

* + 1. Curso ATUALIZAÇÃO / Profissional

Curso de Condutor de Veículo de Emergência, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 16 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal.

* + 1. Curso ATUALIZAÇÃO / Profissional

Curso de Condutor de Transporte Escolar, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 16 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal.

Curso realizado na modalidade EAD (ensino a distância) através de plataforma de estudo homóloga com base na Resolução CONTRAN no 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN no 2145, de 23 de outubro de 2020.

A plataforma de ensino a distância deverá ter publicado em Diário oficial da União PORTARIA e No que homologam a autorização pro (DENATRAN). Podendo ser terceirizado a oferta do curso na plataforma, mediante contrato de prestação de serviço como revenda dos cursos.

# 2– DO CREDENCIAMENTO:

* 1. - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
2. Tratando-se de representante legal, o estatuto ou **contrato social** ou outro instrumento de registro comercial registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
3. Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração pública ou particular, com poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “b”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
4. Declaração de conhecimento e aceitação do teor do edital (modelo constante no **Anexo VII**)
5. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (**Anexo III**);
6. Prova de Declaração de idoneidade; modelo constante **(Anexo VI**);
7. Declaração De Micro Empresa Ou Empresa De Pequeno Porte; modelo **(Anexo VIII**);
   1. - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento de identificação que contenha foto.
   2. - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
   3. --- A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
   4. – Os documentos que forem apresentados junto ao credenciamento, **não se farão necessários dentro do envelope.**

# – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

* 1. - Os documentos de credenciamento especificados no item 3.1 deverão ser apresentados fora dos Envelopes nº 1 e 2.
  2. - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE RIO BOM EDITAL DE PREGÃO Nº 015/2023

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO

DATA: / / ÀS : HORAS

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE RIO BOM EDITAL DE PREGÃO Nº 015/2023

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

DATA: / / ÀS : HORAS

* 1. - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.
  2. - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, autenticidade eletrônica ou ainda copia acompanhada do original para autenticação dos membros da CPL.

# – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

* 1. - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

1. Nome, endereço, CNPJ.
2. Número deste Pregão;
3. Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência e marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do Termo de referência – Anexo I deste Edital.
4. Preço unitário e total, por item (quando for o caso), bem como o preço global, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, embalagens, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
5. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
   1. - Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

# – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”

* 1. **-** Neste envelope os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original, dentro ou fora do envelope para autenticação por funcionário do municipio.

# - DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA:

**HABILITAÇÃO JURIDICA:**

1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, ou Certidão Simplificada da Junta Comercial, ou fotocópias autenticadas dos extratos da Junta Comercial, devidamente publicados no Diário Oficial, indicando e relacionando os representantes legais e a composição acionária da empresa, sendo destacado no mesmo a condição de micro e pequena empresa expressa na Lei complementar 123/2006, caso contrario apresentar ANEXO VIII;
2. Declaração do proponente de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal modelo constante no **(Anexo IV**);

# REGULARIDADE FISCAL:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
2. Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal/INSS**, mediante a apresentação de Certidão conjunta (Negativa ou Positiva com efeitos de negativos ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Fazenda Federal;
3. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativos ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, mediante a apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de negativos ou outra equivalente, na forma da Lei) de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicilio ou sede do proponente;
5. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos, dentro do prazo de validade;
6. Prova de regularidade com a justiça do trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT).**
   1. – As provas de regularidade relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço devem ser renovadas assim que acabar a vigência do prazo de validade, considerando-as vencidas, ficando sob responsabilidade da empresa CONTRATADA a renovação e apresentação da mesma. Caso não seja cumprida a exigência, o contrato será rescindido automaticamente.

4.4- Os documentos apresentados no credenciamento não precisarão constar no Envelope “2” “Documentos de Habilitação”, deste Pregão.

# QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

**a)** Certidão Negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente há menos de **90 (noventa**) dias da data da licitação.

# QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1. Alvará de Funcionamento equivalente a do licitante, expedido por órgão Municipal, em conformidade com o objeto do contrato social ou Ato Constitutivo equivalente e compatível com o objeto desta licitação;

- O Pregoeiro poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da Empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação, bem como realizar diligências para sanar quaisquer dúvidas.

- Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, ou original autenticada por servidor do município atestando a originalidade, com exceção aos extraídos pela internet;

- Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos **90 (noventa)** dias até a data de abertura do Pregão.

- A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante, salvo hipótese do art. 43 da Lei 123/06, relativo a regularidade fiscal.

- Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

- A Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar esclarecimentos e informações que julgar necessário a sua correta avaliação das empresas participantes deste pregão.

# – DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

* 1. – No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando- se com o credenciamento dos interessados em participar do certame através da apresentação de procuração, carta de preposto ou cópia do Aditivo ou Estatuto Social indicando o sócio-gerente representante.
  2. - Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
  3. - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
     1. No tocante aos preços às propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor unitário dos itens relacionados (quando for o caso).
     2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
  4. - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

1. seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
2. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas na condição definida na alínea anterior serão selecionados as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate de ofertas, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
   1. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
      1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
   2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
   3. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
   4. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
   5. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor para a obtenção de melhor preço.
   6. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
      1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, nos termos de pesquisa realizada pela Administração, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
   7. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
   8. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
3. substituição e apresentação de documentos, ou;
4. verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
   * 1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
     2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
   1. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
   2. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, se for o caso, e decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação de seu autor, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

# – DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

* 1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação serão contratadas através de recursos da dotação orçamentária:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESA DESDOBRADA** | **DOTAÇÃO** | **FONTE DE RECURSO** |
| **1135** | **06.0110.30200152.040.3.3.90.39.05.00.00** | **303** |
| **1136** | **05.0612.36100182.026.3.3.90.39.05.00.00** | **103** |

* 1. No final da sessão, os licitantes que pretenderem recorrer deverão manifestar-se, motivadamente, e juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.
  2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro a licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
  3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente.
  4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
  5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
  6. A adjudicação será feita pelo total do Pregão.
  7. Os recursos, impugnações e petições referentes ao presente processo deverão, obrigatoriamente, ser protocolados na Sede da Prefeitura Municipal de Rio Bom, no setor de PROTOCOLO, não sendo acatado qualquer outra forma de protocolo.

# DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

9.1– A Empresa vencedora não poderá ministrar o curso presencial em locais com mais 100 km de distância do Município tendo em vista que a Autarquia Municipal de Saúde irá fornecer transporte para seus funcionários para realização do curso.

# - DA FORMA DE PAGAMENTO

* 1. - O pagamento será efetuado mediante a prestação dos serviços executados e apresentação da nota fiscal eletrônica que devera ser atesto do setor competente da CONTRATANTE.
  2. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

# - DA CONTRATAÇÃO

* 1. - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a celebração de Termo de Contrato/Ata de Registro de preço.
     1. - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
     2. - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 11.1.1 deste item 11, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
  2. - A adjudicatária deverá, no prazo de 03 (três) dias corridos contados da data da convocação, comparecer à Sede da CONTRATANTE em Rio Bom, para assinar o termo de Contrato.
  3. – O contrato será celebrado com duração suficiente para cobertura das clausulas de entrega pagamento e garantia, contados da data de sua assinatura.

# - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

* 1. - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

1. Advertência.
2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

* 1. - O valor da multa aplicada será deduzida pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Gerência Financeira da Prefeitura Municipal de Rio bom, comunicará à CONTRATADA.
  2. - Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome do CONTRATANTE (o número da Conta será informado pela Gerência Financeira). Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.
  3. - Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados a CONTRATANTE pelo infrator:

1. advertência;
2. multa;
3. suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
   1. - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**13 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

13.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

# 14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2– Qualquer pessoa interessada no certame poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

1 14.3- A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 1 dia útil.

14.4- Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14.5- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

14.6- Integram o presente Edital:

* ANEXO I – Termo de Referência;
* ANEXO II - Modelo de Carta de Credenciamento;
* ANEXO III – Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
* ANEXO IV – Modelo de Declaração de Observância ao Disposto no Inciso XXXIII do artigo 27° da Constituição Federal;
* ANEXO V – Modelo de Proposta Comercial;
* ANEXO VI – Modelo de Declaração de Idoneidade;
* ANEXO VII - Declaração de conhecimento e aceitação do teor do edital;
* ANEXO VIII – Modelo de declaração de micro empresa ou empresa de pequeno porte
* ANEXO IX – Minuta Contratual.

14.7- Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Marilandia do Sul Estado do Paraná.

# 15.- LOCAL PARA INFORMAÇÕES:

Sede administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Bom, localizado na Avenida Curitiba, 65 – Centro de Rio Bom – PR, no telefone: (43) 3468-1123 ou pelo e-mail: [licita@riobom.pr.gov.br](mailto:licita@riobom.pr.gov.br).

Rio Bom, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de Março de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Moisés José de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Benedito de Andrade

Presidente da Autarquia Municipal de Saúde

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BOM

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Claudius Salomão Prestes Souto

Presidente da Autarquia Municipal de Educação

AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BOM

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

José Carlos de Paula

Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial nº 015/2023

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL 015/2023**

|  |
| --- |
| **1 –ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**: |
| O objeto do presente termo é **O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS (TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, TRANSPORTE ESCOLAR E VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA),** |
| **2 – JUSTIFICATIVA:**  Faz-se necessário a capacitação dos condutores socorristas e profissionais de saúde em atendimento pré- hospitalar, com a finalidade de atualizar os conhecimentos específicos para prestar o atendimento ao paciente visto que nosso município não possui SAMU local e na grande maioria das vezes é a equipe do município que presta os primeiros socorros.  **3- CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:**  - O processo licitatório será rtealizado por item. |
| **4 – DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA OU PROSPECTO:**  - Para qualificação técnica será exigido as certidões negativas do proponente. |
| **5– LOCAL E FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**  - A Empresa vencedora não poderá ministrar o curso presencial em locais com mais 100 km de distância do Município tendo em vista que a Autarquia Municipal de Saúde irá fornecer transporte para seus funcionários para realização do curso. |
| **6 – CRONOGRAMA /PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA:**   * O treinamento/capacitação deverá acontecer em data a definir pela secretaria de saúde. * Este termo terá validade de 12 meses. |
| **7– OBRIGAÇÕES:** |

**DA CONTRATADA:**

-Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

* + - Efetuar os serviços com qualidade, conduzir as atividades com ética, igualdade e equidade, dentro do prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com relatório de pacientes serviços e valores de cada qual.
    - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto/serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
    - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência.
    - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
    - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**DO CONTRATANTE:**

* + - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
    - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
    - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
    - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
    - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8 – OBTENÇÃO DE PREÇOS:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade de alunos** | **Valor Unitário** | **Valor Total** |
| 1 | **CURSO DE FORMAÇÃO DE SOCORRISTA E BOMBEIRO:** Pré hospitalar com base na Portaria 2048/04 MS com duração de 300 horas aulas presenciais, distribuidas em teórica e práticas ministrada quinzenalmente. | 20 | R$ 2.510,00 | R$ 50.200,00 |
| 2 | **CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Veículo de Emergência**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional  Curso de Condutor de Veículo de Emergência, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional  Curso de Condutor de Veículo de Emergência, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. | 10 | R$ 453,33 | R$ 4.533,30 |
| 3 | **CURSO ATUALIZAÇÃO / PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Veículo de Emergência**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 16 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. | 5 | R$ 236,67 | R$ 1.183,35 |
| 4 | **CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Transporte Coletivo de Passageiro**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático  mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. | 15 | R$ 453,33 | R$ 6.799,95 |
| 5 | **CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Transporte Escolar**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso realizado na modalidade EAD (ensino a distância) através de plataforma de estudo homóloga com base na Resolução CONTRAN no 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN no 2145, de 23 de outubro de 2020. A plataforma de ensino a distância deverá ter publicado em Diário oficial da União PORTARIA e No que homologam a autorização pro (DENATRAN). Podendo ser terceirizado a oferta do curso na plataforma, mediante contrato de prestação de serviço como revenda dos cursos. | 10 | R$ 453,33 | R$ 4.533,30 |
| 6 | **CURSO ATUALIZAÇÃO / PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Transporte Escolar,** conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 16 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso realizado na modalidade EAD (ensino a distância) através de plataforma de estudo homóloga com base na Resolução CONTRAN no 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN no 2145, de 23 de outubro de 2020. A plataforma de ensino a distância deverá ter publicado em Diário oficial da União PORTARIA e No que homologam a autorização pro (DENATRAN). Podendo ser terceirizado a oferta do curso na plataforma, mediante contrato de prestação de serviço como revenda dos cursos. | 2 | R$ 236,67 | R$ 473,34 |
| **VALOR TOTAL** | | | | R$ 67.723,24 |

**Valor Total: R$ 67.723,24** (Sessenta e sete mil setecentos e vinte e tres reais e vinte e quatro centavos).

ANEXO II

Pregão Presencial nº 015/2023

Nome Empresa: À Comissão de Licitação

# MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a) portador(a) da Cédula de Identidade sob nº e CPF sob nº A participar em todas as fases do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2023. Na qualidade de representante legal da empresa , outorga-se ao (á) acima credenciado (a), dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

, de de 2023.

Assinatura e carimbo do CNPJ

# ANEXO III

Pregão Presencial nº 015/2023

Nome Empresa: À Comissão de Licitação

# DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E REQUISITO DE HABILITAÇÃO

(Nome da empresa) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrito no CNPJ n° xx.xxx.xxx/xxx-xx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. ) portador

(a) CPF n° , DECLARA, por seu representante legal infra-assinado para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, e no subitem 6.2, alínea “e” do mesmo edital, e para fins do Pregão Presencial nº 015/2023 da Autarquia Municipal de Saúde de Rio Bom, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos do Edital do Pregão em epígrafe.

, de de 2023.

Assinatura e carimbo do CNPJ

# ANEXO IV

Pregão Presencial nº 015/2023

Nome Empresa: À Comissão de Licitação

# DECLARAÇÃO

-Declaração de Atendimento ao Art. 27, V da Lei nº 8.666/93 e alterações”.

A empresa..........., inscrita no CNPJ nº. , por intermédio de seu representante legal o (a) Sr

(a)..., portador (a) da Carteira de Identidade nº..., e do CPF nº. , DECLARA, para fins do disposto

no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). Local e data.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Nome e Ass. Do representante legal.

# ANEXO V

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

Pregão Presencial nº 015/2023

Nome Empresa: À Comissão de Licitação

Prezados Senhores,

Apresento e submeto à apreciação de V. Sª. Nossa proposta de preços relativa a:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade de alunos** | **Valor Unitário** | **Valor Total** |
| 1 | **CURSO DE FORMAÇÃO SOCORRISTA:** Pré hospitalar com base na Portaria 2048/04 MS com duração de 300 horas aulas presenciais, distribuidas em teórica e práticas ministrada quinzenalmente. | 20 |  |  |
| 2 | **CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Veículo de Emergência**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional  Curso de Condutor de Veículo de Emergência, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional  Curso de Condutor de Veículo de Emergência, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. | 10 |  |  |
| 3 | **CURSO ATUALIZAÇÃO / PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Veículo de Emergência**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 16 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. | 5 |  |  |
| 4 | **CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Transporte Coletivo de Passageiro**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático  mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. | 15 |  |  |
| 5 | **CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Transporte Escolar**, conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 50 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso realizado na modalidade EAD (ensino a distância) através de plataforma de estudo homóloga com base na Resolução CONTRAN no 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN no 2145, de 23 de outubro de 2020. A plataforma de ensino a distância deverá ter publicado em Diário oficial da União PORTARIA e No que homologam a autorização pro (DENATRAN). Podendo ser terceirizado a oferta do curso na plataforma, mediante contrato de prestação de serviço como revenda dos cursos. | 10 |  |  |
| 6 | **CURSO ATUALIZAÇÃO / PROFISSIONAL:**  Curso de Condutor de **Transporte Escolar,** conforme instituído pela Resolução CONTRAN Nº 168/2004 Carga Horária mínima de 16 horas. Conteúdo programático mínimo: legislação de trânsito; direção defensiva; noções de primeiros socorros, e relacionamento interpessoal. Curso realizado na modalidade EAD (ensino a distância) através de plataforma de estudo homóloga com base na Resolução CONTRAN no 730, de 06 de março de 2018 e a Portaria DENATRAN no 2145, de 23 de outubro de 2020. A plataforma de ensino a distância deverá ter publicado em Diário oficial da União PORTARIA e No que homologam a autorização pro (DENATRAN). Podendo ser terceirizado a oferta do curso na plataforma, mediante contrato de prestação de serviço como revenda dos cursos. | 2 |  |  |
| **VALOR TOTAL** | | | |  |

O prazo de validade da proposta de preços é de ............. (. ) dias a contar da data de

abertura dos envelopes com as propostas de preço pela comissão de licitação.

, de de 2023.

Representante legal

Assinatura e carimbo do CNPJ

# ANEXO VI

Pregão Presencial nº 015/2023

Nome Empresa: À Comissão de Licitação

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2023 instaurado por esta Autarquia de Saúde, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

, de de 2023.

Representante legal

Assinatura e carimbo do CNPJ

# ANEXO VII

Pregão Presencial nº 015/2023

Nome Empresa: À Comissão de Licitação

# DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL

(Nome da empresa) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrito no CNPJ n° xx.xxx.xxx/xxx-xx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. ) portador

(a) CPF n° , DECLARA, por seu representante legal infra-assinado que conhece e aceita o inteiro teor completo do edital deste PREGÃO PRESENCIAL, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

, de de 2023.

Representante legal

Assinatura e carimbo do CNPJ

# ANEXO VIII

Pregão Presencial nº 015/2023

Nome Empresa:

À Comissão de Licitação

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa (nome da proponente), CNPJ (nº), com sede na Rua (endereço completo), neste ato representado pelo (s) sócios ou diretores (qualificação completa nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), por intermédio de seu procurador (a) o (a) Senhor (a) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço, DECLARA sob as penas da Lei, que a empresa que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art.3º da LC 123 de 14 de dezembro 2006, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídos por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. LC123 de 14 de dezembro 2006.

, de de 2023.

Representante legal

Assinatura e carimbo do CNPJ

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2023**

**ANEXO IX**

# MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX /2023

PREGÃO Nº 015/2023

PROCESSO. Nº 040/2023

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO BOM E AS EMPRESAS ABAIXO RELACIONADAS, VISANDO **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS (TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, TRANSPORTE ESCOLAR E VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA).**

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado **A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE RIO BOM**, pessoa jurídica de direito, público interno, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 75.771.212/0001-71 com sede a Avenida Curitiba nº 65, na cidade de Rio Bom, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **MOISÉS JOSÉ DE ANDRADE**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 36176326 SSP/PR e CPF nº 487.450.819-72, residente à Avenida Curitiba, nº 15, Rio Bom estado do Paraná; **AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BOM, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Goiás, no 165, Centro, Rio Bom-PR, inscrito no CNPJ sob nº 23.848.859/0001-50, neste ato devidamente representado pelo por seu Presidente o Sr. José Benedito de Andrade, brasileiro, casado, portador do RG nº 10379904-7 SSP/PR e CPF nº 739.352.638-72, residente na Rua Cantidio Pinto de Andrade, nº 46, estado do Parana; **AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO BOM, ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Curitiba, no 65, Centro, Rio Bom-PR, inscrito no CNPJ sob nº 23.848.604/000-98, neste ato devidamente representado pelo por seu Presidente o Sr. Claudius Salomão Prestes Souto, brasileiro, casado portador do RG nº 8.513.874-0 SSP/PR e CPF nº 060.850.429-73, residente na Rua José Francisco dos Santos, nº 511, Rio Bom, estado do Paraná e de outro lado a empresa:

, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº , com sede na rua , nº , na cidade de \_, neste ato representada pelo Senhor (a) , portador (a) da Cédula de Identidade, RG nº \_ e inscrito (a) no CPF/MF nº

residente e domiciliado a Rua , na cidade de

, CEP , com os preços dos itens abaixo relacionados:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Quant. | Unidade | Descrição | Marca | Valor Unit. | Valor Total |

# CLÁUSULA I-DO OBJETO

**1.1- O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS (TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, TRANSPORTE ESCOLAR E VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA).**

# CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

* 1. A presente relação-jurídica contratual é disciplinada pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal 10.520, do tipo menor preço e fundamenta-se no Processo Licitatório Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023**, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.
  2. Aplicam-se, igualmente, a presente relação os demais atos legislativos e normatizadores de ordem pública pertinentes.
  3. Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da Lei n° 8.666/93 e Lei 10.520 e suas alterações e demais disposições que regulamentam a atividade comercial ou industrial.

# CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR CONTRATUAL E DAS DESPESAS

* 1. O valor total do contrato é de R$ xxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).
  2. O CONTRATANTE se reserva o direito de, a seu critério, comprar ou não total de itens licitados, conseqüentemente utilizar ou não a totalidade da verba prevista.
  3. As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste contrato, serão contratadas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESA DESDOBRADA** | **DOTAÇÃO** | **FONTE DE RECURSO** |
| **1135** | **06.0110.30200152.040.3.3.90.39.05.00.00** | **303** |
| **1136** | **05.0612.36100182.026.3.3.90.39.05.00.00** | **103** |

# CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES PARA EFETIVAR O PAGAMENTO E DO REAJUSTE

* 1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal eletrônica que devera ser atesto do setor competente do CONTRATANTE.
  2. A liberação de cada parcela fica condicionada à apresentação de cópia da guia de quitação junto ao INSS, através de CND; e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF;
  3. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura, será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.
  4. O CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

# CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES

* 1. – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
  2. – Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de Rio Bom, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
  3. – Mesmo comprovada à ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
  4. – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado pelo Município de Rio Bom para a alteração, por aditamento, do preço da Ata de Registro de Preços, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Município de Rio Bom.

# CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA

– Alem das condições contidas no edital compete a CONTRATADA:

1. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, tributários e previdenciários que possam incidir sobre a contratação;
2. Cumprir com as obrigações contidas no Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 015/2023.
   1. A CONTRATADA não poderá terceirizar os serviços contratados sem expressa autorização da CONTRATANTE.
   2. Qualquer despesa com transporte, material para produzir os bens, pessoal próprio ou terceirizado para entrega dos bens e de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus a CONTRATANTE.
   3. A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas neste contrato e na legislação pertinente.
   4. O prazo para entrega dos pedidos será de 03 (três) dias contados a partir de seu pedido.

# CLÁUSULA SÉTIMA: DAS RESPONSABILIDADES E DO FISCAL DO CONTRATO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da CONTRATADA:

* 1. O pagamento de todas as despesas como pessoal e equipamento necessário ao fornecimento, inclusive quaisquer indenizações e danos materiais ou pessoais que ocorrerem em função da prestação dos serviços ou entrega dos produtos;
  2. O pagamento de todos os impostos, seguros e demais encargos, transporte, que venham a ser devido em razão do objeto deste contrato, até a sua efetiva entrega e funcionamento, não cabendo ao CONTRATANTE quaisquer custos adicionais;
  3. Todo e qualquer fornecimento fora das especificações contratadas e além das solicitações do CONTRATANTE, cujas despesas correrão por conta da CONTRATADA e deverão ser prontamente atendidas;
  4. Quando da subcontratação dos bens aqui contratado, total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a exigir dos eventuais subcontratados as mesmas condições do presente contrato, respondendo solidariamente com estes todas as infrações eventualmente cometidas;
  5. A observância do(s) prazo(s) de garantia proposto aos bens, assim como correções cabíveis;
  6. Manter durante todo o período do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumida nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, vinculada a este instrumento.

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do CONTRATANTE:

* 1. Obedecer aos critérios de remuneração previsto neste contrato, tendo cumprida as exigências explicitadas neste instrumento;
  2. Fornecer à CONTRATADA os dados e condições necessárias ao fornecimento dos bens objeto deste instrumento.
  3. Solicitar a cópia da guia de quitação junto ao INSS, através de CND e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

Fica nomeado como fiscal do Contrato /2023 pela portaria 036/2023 o senhor Clodoaldo Paulo de Andrade

# CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES

* 1. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pelo CONTRATANTE, o atraso no fornecimento dos bens contratados implica no pagamento pela CONTRATADA de multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, e em conseqüência isenta o CONTRATANTE do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso;
  2. Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n° 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n° 8.078 de 11/09/90;
  3. Os valores das multas serão deduzidos dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito ou inscritos na dívida ativa e cobradas judicialmente, na forma autorizada pelo § 3° do artigo 86 da Lei Federal n° 8.666/93 com demais alterações;
  4. Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a CONTRATADA apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

# CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

* 1. O presente negócio poderá ser rescindido, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem direito a indenização de qualquer espécie, por parte da Contratada, na hipótese de ocorrer quaisquer das situações elencadas nos incisos do artigo 77 e 78, e na forma do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.
  2. O contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo, atendida a conveniência do fornecimento dos bens contratados, recebendo a CONTRATADA o valor da correspondente quantidade de bens já fornecidos.
  3. Se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em partes, o direito do presente contrato, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
  4. Se o fornecimento dos bens não atender às especificações contratadas, ou estiver em desacordo com a clausula 5 deste instrumento.
  5. Por motivo de força maior, fato superveniente ou falta de recursos financeiros poderá o CONTRATANTE suspender o contrato por prazo indeterminado unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DECIMA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

10.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

# CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: DO FORO

**11.1** As partes elegem o foro da Comarca de Marilandia do Sul para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

Assim, estando justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Rio Bom PR, xx de xxxxxxxxxxx de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Moises Jose de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

Contratante

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Jose Benedito de Andrade

Contratante

EMPRESA

Representante Contratada

FISCAL DO CONTRATO

Clodoaldo Paulo de Andrade

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Elisangela Santos da Silva

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHA: CPF:

TESTEMUNHA: . CPF: